

3

O SANTO E O IMPÉRIO

DE TAUMATURGO A HERÓI MILITAR DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Deixai mais listas, pois já
 Santo António se alistou,
 Que, como seu pai livrou,
 Sua Pátria livrará:
 Ele sòmente fará
 Com estrago, e como ruína,
 Castela sempre mofina,
 Pois tem para vencedor
 Como Português valor
 Como Santo disciplina.

Jerónimo Vahia (1665)

3.1

As fontes antonianas

A utilização do termo “hagiografia” para designar o conjunto de textos acerca da vida dos santos e seus milagres é relativamente recente: tem pouco mais de dois séculos e remete à crítica a tais textos que se verificou a partir do século XVII, sobretudo com a obra dos bolandistas.¹ Na Idade Média, a literatura relativa à vida dos santos e seus milagres recebia denominações diversas: *Acta*, *gestae*, *vitae*, *passio*, e *legenda*.² Distintamente dos textos canônicos, em especial as Escrituras, a hagiografia era um gênero mais popular. Conforme Michel de Certeau, em referência ao uso de tais textos no medievo:

A vida dos santos traz à comunidade um elemento festivo. Ela se situa do lado do descanso e do lazer. Corresponde a um “tempo livre”, lugar posto à parte, abertura “espiritual” e contemplativa. (...) Na leitura, é o lazer distinto do trabalho. Para ser lida durante as refeições, ou quando os monges recreiam.

¹ A *Acta Sanctorum*, obra dos bolandistas, correspondeu à primeira coletânea da vida dos santos que eram reconhecidos pela Igreja Católica. Foi o resultado de um trabalho crítico iniciado pelo padre Herberto Rosweide e continuado pelo padre Johannes Bollandus, ambos jesuítas. Cf. JOLLES, André. “A legenda”, In: *Formas simples*, p.31.

² PEREIRA, Ana Paula Lopes, “O relato hagiográfico como fonte histórica”, *Revista do Mestrado de História*, n. 10, p. 163-164.

Durante o ano, intervém nos dias de festa. É contada nos lugares de peregrinação e ouvida nas horas livres.³

A *legenda*, cujo significado literal é “aquilo que deve ser lido”, tinha como principal propósito sua leitura pública, com fins persuasivos, por ocasião da festa de cada santo.⁴ Nos anos que seguiram o período medieval, por se tratar de um gênero mais popular e com tendência a destacar o maravilhoso, a *legenda* tendeu a adquirir “uma conotação negativa, de relato fabuloso, de pouco crédito”.⁵

Somente no século XX, as novas concepções do saber histórico, sobretudo aquelas desenvolvidas a partir do grupo dos *Annales*, permitiram que os historiadores adotassem novas fontes além da documentação oficial, cujo valor havia sido estabelecido no século anterior, época em que a História se afirmava como disciplina acadêmica. O novo elenco de fontes dos historiadores foi, ao longo do século, enriquecido com contribuições de outras disciplinas sociais com as quais a História passou a estabelecer relações interdisciplinares.⁶

A partir dos *Annales* e das novas concepções da História que se desenvolveram ao longo do século, os historiadores passaram a incorporar ao seu elenco de fontes uma infinidade de novas possibilidades: mapas, diários, cartas, romances, músicas, fotografias, filmes, propagandas, receituários, cardápios, depoimentos orais, celebrações etc. que, quando devidamente exploradas, se mostraram fontes ricas em informações acerca de outras temporalidades.⁷ Nesse pensamento, os antigos textos hagiográficos passaram a ser utilizados não apenas como relatos da vida dos santos, mas também como possibilidades de caminho ao conhecimento do meio social e cultural em que esses viveram, permitindo, inclusive, o olhar minucioso sobre temas mais específicos e de crescente interesse na produção historiográfica, tais como santidade, saúde, infância, educação, família, gênero, alimentação etc.

No que tange à vida de Santo Antônio e seus milagres, a Idade Média nos legou cinco lendas de maior interesse.⁸ A primeira delas, a *Legenda Assidua*,

³ CERTEAU, Michel de. “Uma variante: a edificação hagio-gráfica”, In: *A escrita da história*, p. 270.

⁴ FRANCO JÚNIOR, Hilário, “Introdução”, In: VARAZZE, Jacopo de, *Legenda Áurea*, p. 12.

⁵ PEREIRA, Ana Paula Lopes, *op. cit.*, p. 164.

⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes, “O livro *Fontes históricas* como fonte”, In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.), *Fontes históricas*, p. 10 et seq.

⁷ *Ibid.*

⁸ Pois há outras lendas que são resumos dessas principais.

também conhecida como *Legenda Antiquissima*, *Legenda Prima*, ou *Vida Primeira de Santo Antônio*, foi assim designada pela palavra que dá início a seu texto.⁹ Escrita por volta de 1232, pouco depois da morte de Antônio, por um frade anônimo da ordem dos menores, trata-se de documento de fundamental importância para o estudo da vida do santo, pois além de ter sido construída a partir de testemunhos contemporâneos a Antônio, todas as demais legendas da época tiveram na *Assidua* sua principal fonte de informações.¹⁰ Segundo Francisco da Gama Caieiro, sua redação pode ter sido uma determinação do papa Gregório IX, por ocasião da canonização do santo.¹¹

A *Vida Segunda*, ou *Vida de Santo Antônio Confessor*, foi escrita por frei Juliano de Spira por volta de 1235.¹² O autor baseou-se na *Legenda Assidua*, a qual resumiu com pouco acréscimo de outras informações. O mérito da *Vida Segunda* está, sobretudo, na apresentação de Antônio como um santo que soube conjugar a cultura teológica com os valores da simplicidade franciscana. Além disso, foi a primeira entre as legendas a atribuir ao santo seu caráter de reparador do perdido, característica pela qual sua devoção se destacou nos séculos seguintes.¹³

A *Legenda Benignitas*, cujo nome também se deve à primeira palavra de seu texto em latim, foi provavelmente escrita por frei João Peckam em cerca de 1280. Foi a primeira legenda a informar que Antônio contava com trinta e seis anos por ocasião de sua morte, o que permitiu a datação de seu nascimento. Sua narrativa foi a fonte de hagiógrafos modernos como Lourenço Súrrio que, por sua

⁹ *Assidua fratrum postulatione deductus nec non et obedientiae salutaris fructu provocatus, ad laudem et gloriam omnipotentis Dei, vitam et actus beatissimi patris ac fratris nostri antonii caritati fidelium et devotioni scribere dignum duxi.* (Levado por insistente pedido dos irmãos e incitado pelo merecimento da salutar obediência, houve por bem escrever a vida e os actos do beatíssimo padre e nosso irmão Antônio, para honra e glória de Deus omnipotente e incremento da caridade e devoção dos fiéis). *Vida Primeira de Santo António também denominada Legenda Assidua*, Prólogo, 1.

Nas próximas citações referentes a essa legenda indicarei apenas a sua forma mais conhecida: *Legenda Assidua*, seguida do capítulo e numeração utilizada na edição de 1998 pela Editorial Franciscana de Braga. Usarei o mesmo procedimento para as demais legendas antonianas pertencentes a essa publicação.

¹⁰ Apesar de sua indiscutível importância, seu texto só foi amplamente divulgado a partir do século XIX, devido à tradução feita por frei Fortunato de São Boaventura, cisterciense de Alcobaça, publicado em 1830 sob o título de “Vida e milagres de Santo António de Lisboa”. Cf. REMA, Henrique Pinto (OFM), Introdução à “Vida Primeira de Santo António”, In: *Fontes franciscanas III*, Santo António de Lisboa, v. 1, p. 29.

¹¹ CAIEIRO, Francisco da Gama, *Santo António de Lisboa*, v. 1, p. 6-7.

¹² Frei Juliano de Spira também compôs o *Ofício Rítmico de Santo António* (c. 1235).

¹³ GALLI, Maria Lúcia Peccioli, *Santo António por Vieira*, p. 32-33.

vez, foi a provável fonte usada por Antônio Vieira em seus sermões dedicados a Santo Antônio.¹⁴ Além do relato da inauguração da Basílica de Pádua e da exumação dos ossos do santo, a *Benignitas* privilegiou o relato dos milagres operados em vida e incluiu o registro de dois milagres póstumos ocorridos em Portugal, a saber, a ressurreição de um sobrinho de Antônio e o fato dos sinos das igrejas tocarem sozinhos durante a canonização.

A *Legenda Raimondina*, escrita pouco depois de 1293, foi atribuída ao frei Pedro Raymond de Saint-Romain. Assim como a *Legenda Assidua* e a *Vida Segunda*, a *Raimondina* privilegiou os milagres póstumos do santo.¹⁵

Na passagem do século XIII para o XIV, frei João Rigauld escreveu a *Legenda Rigaldina*. Esta privilegiou o maravilhoso na vida de Antônio através da narrativa dos milagres, sobretudo aqueles realizados em vida, como também ocorreu na *Benignitas*.¹⁶

Por fim, na lista das principais fontes hagiográficas medievais, cabe acrescentar às cinco lendas acima referidas o *Liber Miraculorum*, também conhecido como *I Fioretti de Santo Antônio (Florinhas de Santo Antônio)*.¹⁷ A obra faz parte da *Chronica XXIV Ministrorum Generalium Fratrum Minorum*, crônica franciscana do século XIV atribuída ao frei Arnaldo de Serrano.¹⁸ Do capítulo dedicado a Santo Antônio teve origem *I Fioretti*, composto por 66 narrativas de milagres que, entre suas fontes, remetem aos relatos reunidos na *Rigaldina* e na *Benignitas*.¹⁹

Em Portugal, as principais fontes hagiográficas antonianas remetem aos tempos modernos. As *Chronicas da Ordem dos Frades Menores*, de frei Marcos de Lisboa, publicadas em três partes, respectivamente em 1557, 1562 e 1570, constituíram não apenas a primeira grande crônica monástica portuguesa, mas também a primeira crônica geral da ordem franciscana. Sua importância ultrapassou as fronteiras do mundo lusitano, recebendo 85 edições entre os séculos XVI e XIX, várias delas traduzidas para o espanhol, o italiano, o inglês, o

¹⁴ NEOTTI, Clarêncio, “Introdução Geral”, In: VIEIRA, Antônio, *Santo Antônio, luz do mundo*, p. 22.

¹⁵ GALLI, Maria Lúcia Peccioli, *op. cit.*, p. 24.

¹⁶ *Ibid.*, p. 25.

¹⁷ Ainda entre as hagiografias antonianas medievais, informações resumidas da *Assidua* são encontradas nos *Dialogus Sanctorum Fratrum Minorum*, escrito por um frade menor anônimo e publicado por volta de 1245.

¹⁸ GAMBOSO, Vergílio, “Apresentação”, In: *I Fioretti de Santo Antônio*, p.5-6.

¹⁹ GALLI, Maria Lucia Paccioli, *op. cit.*, p. 40.

alemão, o francês e o polonês. Na introdução da edição facsimilada de 2001, pela Universidade do Porto, José Adriano de Freitas Carvalho registrou:

E sem receio de desmentido, poderá dizer-se que, apesar de crônicas e anais posteriores visando a história da Ordem, a Europa dos ‘tempos modernos’ conheceu S. Francisco – e dele construiu a sua imagem – através, fundamentalmente, das páginas de Fr. Marcos de Lisboa.²⁰

Às palavras de José A. F. Carvalho tendo a acrescentar que também a imagem que se construiu acerca de Santo Antônio, e não apenas na Europa, mas também nas colônias, sobretudo portuguesas, deve muito à obra de frei Marcos de Lisboa. Como exemplo da importância como fonte de informações que as *Crônicas* rapidamente assumiram, cito outra obra hagiográfica sua contemporânea. Trata-se do *Flos Sanctorum* de frei Diogo do Rosário (1567).²¹ Essa obra, organizada por dias de celebrações aos santos, traz como título ao dia 13 de junho (dia de Santo Antônio): “História da vida do glorioso Santo Antonio de Lisboa, portuguez, da ordem dos Menores, resumida da que escreveu o bispo D. fr. Marcos de Lisboa, liv. 5^o da I parte da Chronica da dita ordem”.²²

Frei Marcos de Lisboa dedicou todos os trinta e três capítulos do Livro Quinto da Primeira Parte de suas *Crônicas* à “vida & maravilhosas obras do padre sancto Antonio de Lisboa, honra de Padua & de Italia”.²³ Além disso, nos demais livros da obra, acrescentou várias outras informações acerca do santo, sobretudo a respeito de seus milagres.

No século XVII, a hagiografia portuguesa teve como principal produto a obra intitulada *Agiologio Lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do reino de Portugal e suas conquistas*. Publicada em 4 partes, a autoria das três primeiras pertencem a Jorge Cardoso, clérigo secular licenciado em teologia pela

²⁰ CARVALHO, José Adriano de Freitas, “Uma obra europeia”, In: LISBOA, Marcos de, *Crônicas da ordem dos frades menores*, Parte I, p. 14

²¹ Há uma tendência em confundir o ano da primeira edição do *Flos Sanctorum* de frei Diogo do Rosário, atribuindo-lhe erroneamente o ano de 1513 quando, por ordem real, mandou-se imprimir um outro *Flos Sanctorum*. Sobre isso, encontrei esclarecimento em um artigo de Aires do Nascimento, da Universidade Clássica de Lisboa: “A hagiografia conta com exemplos relativamente abundantes em língua portuguesa. (...) No final do século XV, aos textos soltos e individuais sucedem-se as colectâneas. Dessa data é o *Flos Sanctorum* que haveria de ser impresso em 1513; P.º Paulo de Portalegre (m. 1510) compusera também um outro *Flos Sanctorum* em 4 volumes; em Braga, no ano de 1567 sai o *Flos Sanctorum* de Fr. Diogo do Rosário; em 1612 saiu o I vol. (e único) do *Hagiologio Lusitano*, de Jorge Cardoso.” Cf. NASCIMENTO, Aires do, “Língua Portuguesa e mediações religiosas”, p. 16.

²² ROSÁRIO, Diogo do, *Flos Sanctorum*, p. 141.

²³ LISBOA, Marcos de, *op. cit.*, f. 47.

Universidade de Coimbra. Estas, que correspondem aos santos e portugueses notáveis celebrados nos bimestres de janeiro-fevereiro, março-abril e maio-junho, foram publicadas respectivamente em 1652, 1659 e 1666, e dedicadas “aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes Patronos desta inclyta cidade Lisboa”.²⁴

Ao comparar as fontes hagiográficas medievais às lusitanas, percebe-se que as informações acerca da vida e dos milagres do santo foram sendo acrescentadas e reelaboradas ao longo dos séculos. Tampouco o Santo Antônio que a América portuguesa veio a conhecer no século XVIII, eixo desta dissertação, pode ter sido o mesmo ao longo dos séculos XVI e XVII. No início da colonização, a ideia e a imagem construídas no imaginário dos fiéis provinham, sobretudo, das informações fornecidas pelas *legendae* medievais. No entanto, estas, em latim, precisavam da mediação tradutora dos padres. Na segunda metade desse século, as *Crônicas* de Frei Marcos de Lisboa, bem como sua versão resumida no *Flos Sanctorum* de frei Diogo do Rosário, aproximaram o santo ao mundo português, na medida em que disponibilizaram o conhecimento de sua vida e seus milagres em língua nacional. Contudo, coube ao século XVII o mérito de valorizar a nacionalidade de Santo Antônio. A época em que Jorge Cardoso produziu seu *Agiologio Lusitano* correspondia à época de afirmação da Restauração portuguesa após o período de domínio espanhol da União Ibérica (1580-1640). Cabia, portanto, enaltecer os “heróis” da pátria, categoria que incluía os santos protetores, entre os quais Santo Antônio se tornou o principal.

3.2

Construção de uma santidade

Santo Antônio não nasceu Antônio. De origem fidalga, filho de Martinho de Bulhões e Maria Teresa Taveira, o santo veio ao mundo em Lisboa no dia 15

²⁴ CARDOSO, Jorge, *Agiologio Lusitano*, frontispício. A quarta parte da obra, consagrada à “Imaculada Conceição da Virgem Maria Senhora Nossa, Padroeira do Reino”, compreende os meses de julho e agosto. Foi composta por D. António Caetano de Sousa e publicada bem mais tarde que os demais volumes, somente em 1744.

de agosto de 1195²⁵, sob o reinado de D. Sancho I (1154-1211). Batizado como Fernando Martins de Bulhões e Taveira²⁶, estudou com os padres da Sé lisboeta em cujas paredes ainda se encontra um sinal de cruz que, conforme a tradição, o jovem estudante traçara com o dedo diante de uma constante tentação²⁷, que lhe perseguia sob a forma de uma linda mulher.²⁸ Do episódio parece nascer a tradição à pureza do santo representada pelo lírio em várias de suas representações iconográficas.

Por volta de 1210, o jovem Fernando entrou para o Mosteiro de São Vicente de Fora da Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho onde permaneceu por quase dois anos. A proximidade do lar e dos amigos, “importunos para os espíritos piedosos”²⁹, o levaram a solicitar sua transferência para o Mosteiro da Santa Cruz, em Coimbra, onde, provavelmente, foi sagrado sacerdote.³⁰ Aí, na então capital do jovem reino, teve acesso a uma das mais importantes bibliotecas da Europa, onde se aprofundou no estudo das obras dos

²⁵ Embora não seja certo o ano do nascimento do santo, optei aqui pela tradição firmada no século XVI pela obra de Frei Marcos de Lisboa. Cf. LISBOA, Marcos de, *op.cit.*, f. 141.

²⁶ Sobre a família de Santo Antônio, José Carlos de Macedo Soares escreveu: “Provinha Fernando de Martin de Bulhões e sua mulher Maria Teresa Taveira que eram gente de boa qualidade. Seu avô paterno foi Vicente de Bulhões, por sua vez neto de um cruzado francês, também chamado Martin, que viera a Portugal acompanhando o conde Henrique a combater os mouros. Alguns de seus parentes deixaram nome conhecido a serviço de Deus. Um tio paterno, também Fernando de Bulhões, acabou conego da Sé de Lisboa; sua tia Gontina foi freira das Donas de Santo Agostinho em Coimbra. O sobrinho Aparicio entrou na Ordem dos Menores de São Francisco, e sua irmã Maria Martins Taveira também deixou o mundo para se recolher ao mosteiro agostiniano de São Miguel das Donas. Quasi todos os biógrafos do Santo filiam esses Bulhões ao tronco de Godofredo de Bouillon, primeiro rei de Jerusalém. Já então se atribuía também quartéis de nobresa aos Taveiras do ramo materno.” Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antonio de Lisboa Militar no Brasil*, p. III-IV.

²⁷ BRITO, F. T., *Vida e milagres de Santo Antônio*, 2001, p. 10.

²⁸ Ainda não encontrei o relato hagiográfico a partir do qual surgiu essa tradição, inexistente na *Legenda Assidua*. Contudo, cabe lembrar que na hagiografia medieval era comum o simbolismo no qual o demônio buscava causar a perdição sob a forma de mulher. Narra a *Legenda Áurea*, por exemplo, que o diabo “enciumado” da veneração de um bispo a Santo André, “depois de ter empregado todo tipo de ardil para seduzi-lo, o antigo inimigo assumiu a forma de uma mulher maravilhosamente bela” (*Legenda Áurea* 2, 9). Hilário Franco Júnior lembra que “em nome da repressão sexual, São Bento jogou-se nu sobre moitas espinhosas e São Francisco despiu-se e cobriu-se de neve”. Cf. FRANCO JÚNIOR, Hilário, “Apresentação”, In: VARAZZE, Jacopo de, *Legenda Áurea*, p. 17-19.

Embora a ideia de ser a mulher um agente de Satã “uma acusação de longa data”, Jean Delumeau aponta o *De planctu ecclesiae*, escrito por volta de 1330 pelo franciscano Alvaro Pelayo, como o provável “documento maior da hostilidade clerical à mulher”. Conforme Delumeau, “esse apelo à guerra santa contra a aliada do diabo só é compreendido se reinserido no meio que o lançou: o das ordens mendicantes preocupadas com a cristianização e inquietas com a decadência do corpo eclesial”. Cf. DELUMEAU, Jean, *História do medo no ocidente*, p. 481. Não é de admirar, portanto, o acréscimo do relato da tentação em forma de mulher nas hagiografias de Santo Antônio posteriores à *Assidua*.

²⁹ *Legenda Assidua* II, 6.

³⁰ LISBOA, Marcos de, *op. cit.*, p. 141.

doutores da Igreja, cuja erudição fundamentaria suas pregações nos anos futuros, conforme atesta a *Legenda Assidua*:

Se por um lado, pesquisando com afortunada curiosidade a profundidade das sentenças de Deus, fortificou a inteligência com os testemunhos da Escritura, face às insídias do erro; por outro, examinou com aprimorada investigação as sentenças dos Santos. Por último, confiava o que lia à memória com tanta segurança, que conseguia revelar a todos prontamente os segredos das Sagradas Escrituras.³¹

Em 1219, como porteiro do mosteiro, Fernando conheceu os missionários franciscanos – Bernardo, Otton, Pedro, Adjuto e Acúrsio – que, a caminho da África, se hospedaram em Santa Cruz. Ao que parece, o encontro provocou em Fernando profundo interesse pela causa franciscana. O martírio desses missionários no Marrocos e o retorno de suas relíquias a Santa Cruz, em 1220, teriam sido determinantes a um novo pedido de transferência do religioso, dessa vez para a Ordem de São Francisco.

A trajetória até então trilhada por Fernando parecia seguir os moldes da própria história da construção da santidade no Ocidente. Conforme os estudos de André Vauchez, entre os vários modelos de santidade que vigoraram na Europa medieval, nos séculos VI e VIII havia se estabelecido uma crença segundo a qual “um santo só pode ser nobre e de que um nobre tem mais possibilidades de vir a ser santo do que qualquer outro homem”.³² Entre os séculos X e XI, desenvolvera-se entre os clérigos um ideal de santidade cujo caminho era a vida monástica. O claustro era, então, considerado “a antecâmara do paraíso”.³³ Contudo, nos séculos XII e XIII – contexto no qual Antônio viveu –, desenvolveu-se no mundo mediterrâneo uma concepção de santidade identificada com um tipo de vida e um modelo de comportamento cujas bases se encontravam na pobreza e na renúncia.³⁴

³¹ *Legenda Assidua* III, 5-6.

³² Tal ideia “tinha raízes na convicção, comum ao cristianismo da Antiguidade tardia e ao paganismo germânico e partilhada tanto pelas classes dominantes como pelas classes dominadas, de que a perfeição moral e espiritual dificilmente se podia desenvolver fora de uma linhagem ilustre”. Cf. VAUCHEZ, André, “O Santo”, In: LE GOFF, Jacques, *O homem medieval*, p. 215

³³ “Tais concepções não eram novas, mas adquiriram uma credibilidade real a partir da altura em que o monaquismo beneditino, atormentado por uma efervescência espiritual muito activa, dá início à sua própria reforma. Essa restauração verificou-se pelo restabelecimento da observância da regra, em especial no domínio litúrgico, e pela exaltação da virgindade, considerada como o factor fundamental da perfeição cristã. (...) Antecipação do reino de Deus na terra, o mosteiro constitui o lugar da santificação por excelência (...)” Cf. VAUCHEZ, André, “O Santo”, In: LE GOFF, Jacques, *O homem medieval*, p. 217.

³⁴ “Trata-se, agora, de um ascetismo por analogia que visa tornar o homem semelhante a Cristo, ‘que não tinha onde descansar a cabeça’ e à piedosa vítima do Calvário. S. Francisco (morto em

Ora, Fernando, de linhagem nobre por nascimento, havia inicialmente buscado a perfeição cristã na vida monástica. Sua transferência para a ordem franciscana, porém, significava a opção pela pobreza e pela renúncia, conforme propunha o novo padrão de santidade.

Como franciscano, Fernando passou a se chamar Antônio. Conforme a *Assidua*, a mudança de nome prenunciava sua ação pregadora nos anos que viriam, pois,

Antônio, pois, significa por assim dizer aquele que atoa os ares. E na realidade a sua voz, qual trombeta portentosa, quando expressava entre os doutos a Sabedoria oculta no mistério de Deus, proclamava com ênfase tais e tão profundas verdades das Escrituras, que mesmo, e nem sempre, o exegeta poderia compreender a eloquência da sua pregação.³⁵

Após um breve período na ermida de Santo Antão, nos Olivais³⁶, frei Antônio partiu para o Marrocos em companhia de frei Filipino de Castela, pois segundo a tradição franciscana, eram aos pares que viajavam seus missionários. A “sede de martírio” o motivava³⁷. Contudo, seu trabalho missionário não chegou aí a se concretizar, uma vez que, acometido de uma enfermidade, decidiu voltar à terra natal. Uma tempestade, porém, acabou por conduzir sua embarcação à Sicília.

Em terras italianas, Antônio procurou outros franciscanos. Após seu restabelecimento numa ermida próxima a Messina, partiu com os outros frades para Assis onde seria realizado um Capítulo Geral da Ordem. Nessa grande reunião franciscana, realizada no final de maio de 1221, por ocasião de Pentecostes, seria apresentada uma nova Regra à Ordem.³⁸

1226), o ‘poverello’ de Assis, é certamente quem mais longe levou esse esforço de actualização da mensagem evangélica na vida terrena, chegando ao ponto de reproduzir na carne a Paixão de Cristo.” Cf. VAUCHEZ, André, “O Santo”, In: LE GOFF, Jacques, *O homem medieval*, p. 220.

³⁵ *Legenda Assidua*, p. 27. Segundo outros hagiógrafos, Fernando teria adotado o nome Antônio em homenagem a Santo Antão, orago da ermida em que se instalou em Olivais. BRITO, Fernando Tomás de, *Vida e milagres de Santo Antônio*, p. 18; RÖWER, Basílio, *Santo Antônio*, p. 23.

³⁶ Conforme a tradição, o próprio São Francisco teria estado em Portugal, no ano de 1214, para alguns com o objetivo de embarcar rumo ao Marrocos em ação missionária, para outros em retorno de uma peregrinação a Santiago de Compostela. Dessa viagem teria resultado a fundação, em Bragança, do primeiro convento franciscano em terras portuguesas. Em 1219, por intermédio da rainha Dona Urraca, os franciscanos conseguiram autorização por parte do rei Dom Afonso II para instalarem uma casa em Olivais, nas proximidades de Coimbra. Cf., RUIZ, R., *Antônio*, p.11; SANTOS, R. B., *Martelo dos Hereges*, p. 26; VERONEZ, M. J. M., *Reforma e Missão*, p. 63.

³⁷ *Legenda Assidua* V, 1.

³⁸ Regra é o conjunto de normas de funcionamento de uma Ordem. A primeira Regra franciscana, que havia sido aprovada verbalmente pelo papa Inocêncio III, em 1210, se perdeu. A Regra apresentada ao Capítulo em 1221 não foi aprovada nem pela Ordem, nem pela cúria pontifícia. Seu

Nos anos seguintes, designado para o eremitério de Montepaolo, no norte da península, Antônio se notabilizou como orador e combatente às heresias, o que lhe valeria a notabilidade popular como “Arca do Testamento” e “Martelo dos Hereges”³⁹ e a nomeação de mestre de teologia da Ordem pelo próprio Francisco de Assis⁴⁰, conforme atesta a curta carta:

Frei Francisco a frei Antônio, meu bispo, saudação.
Apraz-me que leias a sagrada teologia aos irmãos, contanto que, nesse estudo, não extingas o espírito da oração e da devoção, como está contido na regra.⁴¹

Ainda na Itália, Antônio teria escrito os esboços de seus sermões, nos quais demonstrou a erudição adquirida nos anos de estudo em Coimbra. Foi também o responsável pela fundação das primeiras escolas franciscanas destinadas à preparação de frades.

Em 1224, com a missão de renovar os estudos teológicos dos irmãos franciscanos, bem como combater a heresia albigense⁴², Antônio foi enviado à França onde permaneceu até 1227. Seu retorno à Itália justificou-se pela convocação ao Capítulo Geral que nomearia o sucessor de Francisco, que havia morrido no ano anterior.

Seus últimos anos foram vividos na Itália, onde crescia sua fama de orador e taumaturgo. Em 1231, Antônio morreu a caminho de Pádua. No ano seguinte, a 30 de maio, foi reconhecido santo pela bula *Cum dicat Dominus*, que estabeleceu

texto, portanto, ficou conhecido como *Regula non bullata*. Em, 1223, Francisco redigiu uma nova Regra que seria aprovada pelo papa Honório III (*Regula bullata*). LE GOFF, J., *São Francisco de Assis*, p. 16-18.

³⁹ Além dessas denominações, Santo Antônio também se tornou conhecido como “Farol da Igreja”, “Defensor da Fé”, “Chave de Ouro”, “Oficina de Milagres”, “Padroeiro dos Impossíveis”, “Protetor dos Noivos”, “Doutor Evangélico”, “Santo dos Casos e das Coisas Perdidas” e “Santo Casamenteiro”. RUIZ, R., *op. cit.*, p. 12-13.

⁴⁰ Somente em 1946, Santo Antônio foi declarado Doutor da Igreja – o primeiro da Ordem Franciscana – através da bula *Exulta, Lusitania Felix*, de Pio XII. Cf. SANCHES, Acácio, “Santo Antônio na religiosidade popular”. Disponível em:

<http://www.capuchinhos.org/francisco/estudos/santo_antonio_religiosidade_popular.htm>

Acesso em: 14 jun. 2008.

⁴¹ ASSIS, Francisco de, *Escritos*, p.187.

⁴² Na França, os cátaros eram conhecidos como albigenses, em alusão à cidade de Albi, a qual estavam ligados. Sobre tal heresia, Jacques Le Goff esclarece: “O catarismo é uma religião dualista e não monoteísta. Os cátaros acreditam na existência de dois deuses, um deus bom, invisível, que salva as almas, rei de um mundo todo espiritual, e um deus mau, mestre do mundo visível, material, que perde os corpos e as almas. Esse Deus mau, os cátaros o assimilam a Satã e ao Deus da cólera do Antigo Testamento. Seu instrumento aqui na terra é a Igreja, assimilada à Besta do Apocalipse. (...) A heresia dualista é um fenômeno de toda a Cristandade, tanto ocidental como oriental. Nos séculos XII e XIII, é encontrada na Aquitânia, em Champagne, em Flandres, na Renânia, no Piemonte, mas tem sobretudo dois grandes focos no Oriente, a Bulgária e a Bósnia, e dois no Ocidente, a Lombardia e o Langedoc.” Cf. LE GOFF, Jacques, *São Luís*, p. 58.

o dia 13 de junho como data de sua festa celebrativa. Foi o mais rápido processo de canonização da Igreja. Como santo, passou a ter como referência as cidades do início e do fim de sua jornada, conforme atestou Antônio Vieira:

A um português italiano, e a um italiano português, celebra hoje Itália e Portugal. Portugal a Santo Antônio de Lisboa; Itália a Santo Antônio de Pádua. De Lisboa, porque lhe deu o nascimento; de Pádua, porque lhe deu a sepultura.⁴³

Em Pádua, a sepultura que os italianos deram a seu santo se converteu na construção de uma grande basílica, para onde, em 1263 foram transferidos os restos mortais de Antônio. Conta-se que, ao abrir o caixão, encontraram a língua do santo incorrupta, vermelha como viva. Esta, guardada em um relicário, passou a simbolizar o grande pregador que Antônio foi enquanto vivo.

3.3

De santo deparador a protetor nacional

Em Portugal, assim que chegou a notícia da canonização, dedicou-se a Santo Antônio o altar-mor da catedral de Lisboa. Conterrâneo, o santo logo se tornou íntimo dos portugueses e, no passar dos anos, passou também a ocupar altares domésticos, nichos de fachadas, o interior de estabelecimentos comerciais e residências.⁴⁴ A longa lista de seus milagres contribuiu para que a ele fossem dirigidos os mais diversos pedidos e, entre as várias atribuições, o santo se tornou conhecido como médico, advogado, intercessor, amigo, protetor e, sobretudo, deparador – palavra, atualmente em desuso, que significa aquele que depara, ou seja, que encontra ou restitui o que possa ter sido perdido. No século XVII, a essa lista se somaria o título de protetor nacional, como herói militar.⁴⁵

A crise que se instalou no reino português a partir do desaparecimento de D. Sebastião, último monarca da casa de Avis, na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, havia determinado o início de um período sob o domínio castelhano

⁴³ VIEIRA, Antonio, “Oitavo Sermão de Santo Antônio (1671)”, In: *Santo Antônio luz do mundo*, p. 279.

⁴⁴ SANCHES, Acácio, *op. cit.*

⁴⁵ A tradição lusitana acerca da proteção nacional pelos santos patronos do Reino remete ao “milagre de Ourique”, no qual D. Afonso Henriques, após receber uma visão de Cristo, teria recebido sua ajuda e conduzido os portugueses à vitória em uma batalha contra os mouros (1139) e, assim, fundado o reino luso. Cf. SANTOS, Rafael Brondani dos, *Martelo dos hereges*, p. 57.

conhecido como União Ibérica (1580-1640). Nessa época, a Coroa portuguesa esteve sob os reis da Espanha, a saber, Felipe II (1556-1598), Felipe III (1598-1621) e Felipe IV (1621-1665).

Em 1581, Felipe II foi aclamado rei de Portugal, sob o título de Felipe I.⁴⁶ Embora seu comprometimento diante das Cortes de Tomar em manter a administração do Reino nas mãos dos próprios portugueses, esta acabou sob influência direta da Espanha.⁴⁷ Nos reinados seguintes, a situação tendeu a piorar, “com a crescente provincialização do reino”⁴⁸, por meio da nomeação de espanhóis para cargos administrativos portugueses, bem como da instituição de medidas que afetavam diretamente suas colônias.⁴⁹ Em Portugal, a insatisfação culminou na Restauração de 1640, que marcou a reconquista da independência portuguesa seguida de um período de conflitos militares com os espanhóis, de forma a que esses reconhecessem a autonomia de Portugal sob o reinado de D. João IV, da casa de Bragança. Dentro desse quadro se verificou a culminância da esperança messiânica representada pela crença sebastianista, segundo a qual o rei desaparecido em Alcácer-Quibir retornaria para “a recuperação dos tempos de glória de Portugal”.⁵⁰ Para tanto, foi de fundamental importância a atuação dos religiosos, com destaque para os jesuítas que, com seus sermões, exortavam à resistência contra os castelhanos.⁵¹ Já em 1634, o jovem padre Antônio Vieira (1608-1697) estimulava a esperança dos portugueses em recuperar seu rei e sua independência. Em sermão pregado no Acupe, no Recôncavo baiano, o inaciano apelava à figura de São Sebastião vinculando-o ao rei homônimo desaparecido:⁵²

Oh! Milagre! Oh! Maravilha da Providência divina! Na opinião de todos era Sebastião morto: *omnium opinione mortuum*; mas na verdade e na realidade estava Sebastião vivo: *vivum repertum*; ferido sim, e mal ferido, mas depois das feridas curado: *Irene domi suae curavit*; deixado sim por morto de dia na

⁴⁶ Em Portugal, os monarcas espanhóis reinaram respectivamente como Felipe I, Felipe II e Felipe III.

⁴⁷ HERMANN, Jacqueline, “União Ibérica”, In: VAINFAS, Ronaldo, *Dicionário do Brasil colonial*, p. 572.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Ibid. No Brasil, ocorreu a visitação do Santo Ofício, entre 1591 e 1595, e a divisão da colônia em duas administrações, norte e sul, em 1608.

⁵⁰ HERMANN, Jacqueline, “Restauração”, In: VAINFAS, Ronaldo, *op. cit.*, p. 506.

⁵¹ Entre os prováveis motivos desse empenho jesuíta, Ronaldo Vainfas aponta: “no mínimo porque o finado D. Sebastião havia sido educado pelos inacianos e, no máximo, porque o período filipino reforçaria imensamente o poder da Inquisição no reino, ofuscando o dos jesuítas.” Cf. VAINFAS, Ronaldo, “Santo Antônio na América Portuguesa: religiosidade e política”, In: *Revista USP*, n. 57, p. 33.

⁵² HERMANN, Jacqueline, “Padre Antônio Vieira”, In VAINFAS, Ronaldo, *op. cit.*, p. 445.

campanha, mas de noite retirado dela: *noctu jussit auferri*; com vozes sim de sepultura e sepultado: *Sepeliendi gratia*; mas vivo, são, valente, e tão forte como de antes era: *confirmata valetudine*. – Assim saiu Sebastião daquela batalha, e assim foi achado depois dela: na opinião morto, mas na realidade vivo: *opinione mortuum, vivum repertum*.⁵³

Na luta pela conquista e afirmação de sua autonomia, os portugueses apelavam a seus advogados celestes, ou seja, o Cristo, a Virgem, os anjos e os santos.⁵⁴ Santo Antônio, que a essa época havia se popularizado sobretudo como deparador, se tornaria também o responsável na luta pela reparação da liberdade perdida de Portugal durante o domínio filipino. Nas palavras de Rafael B. dos Santos, ocorreu:

uma atualização dos atributos que o santo demonstrava em vida, quando recuperava objetos perdidos e, de modo mais destacado, estava sempre pronto a enfrentar os que ameaçavam sua Pátria. O inimigo a ser enfrentado agora não era mais o herege, mas os castelhanos que ameaçavam a autonomia da terra natal de Santo Antônio.⁵⁵

No primeiro dia de dezembro de 1640, D. João IV foi aclamado rei de Portugal em cerimônia realizada na Sé de Lisboa. Na mesma hora, o braço da imagem do Cristo crucificado da igreja de Santo Antônio, em frente à Sé, se desprende da cruz em direção à porta do templo. Tal fato foi logo interpretado como sinal da providência divina na Restauração portuguesa da qual Santo Antônio era eleito como santo protetor.⁵⁶ No mesmo ano, em sermão de frei João da Natividade, proferido no Convento de Santo Antônio dos Capuchos, o santo era referido como soldado da defesa do reino:

E o que eu lhe acho, he pera mostrar que S. António he Alferes mor desta milícia do Ceo. E se a bandeira a [sic] Christo he sua Cruz, pintarem a Sancto Antonio com ella fica tam bem em fauor de meu pensamento. E que melhor prova pode este ter que o sucesso que muitos viraõ, & todos sabeis, quando aquelle retrato, & imagem de Christo posto na Cruz despreçou o braço direito, não em qualquer rua da cidade, senaõ à porta de S. António? que auemos de dizer foi isto, senaõ fazer diuino capitaõ sinal & chamar a esse seu grande Alferes e que viesse fazer seo officio tomando a bandeira, & estandarte Real da cruz pera como São Portugues

⁵³ VIEIRA, Antônio, “Sermão de São Sebastião pregado na igreja do mesmo santo do Acupe, termo da Bahia, ano 1634”, In: Sermões, v. 23, p. 17.

⁵⁴ Entre os advogados celestes, destacaram-se os apelos a Cristo, à Imaculada Conceição, ao Anjo Custódio protetor de Portugal, São Francisco Xavier, São José, Santa Isabel e Santo Antônio. Cf. SANTOS, Rafael Brondani dos, *op. cit.*, p. 61-64.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 67.

⁵⁶ HERMANN, Jacqueline, *No reino do Desejado*, p. 276.

animar a quella soldadesca espiritual, & a toda a sua patria, & Reyno de Portugal.⁵⁷

O sermão de frei João da Natividade não fora o primeiro entre os muitos que no mundo português destacaram as virtudes de Santo Antônio e o conduziram à sua carreira militar. Contudo, no vasto repertório sermonístico lusitano que tanto enalteceu as qualidades do santo como protetor dos portugueses, especial destaque merece ser dado aos sermões escritos por Antônio Vieira que, nas palavras de Ronaldo Vainfas, “talvez tenha sido o artífice da elevação de Santo Antônio, não apenas à condição de padroeiro dos portugueses, mas à posição de mentor político das guerras de resistência contra os inimigos de Portugal.”⁵⁸

Da cerca de duzentos sermões escritos por Vieira, nove foram dedicados a Santo Antônio. Nesses o santo lusitano aparece, entre muitas alusões, como *Lux Mundi*, pois nasceu para o mundo, daí ter nascido em Lisboa e morrido em Pádua; sal da terra, pois conserva os bens conquistados e preserva o povo português da corrupção; deparador, pois recupera o que foi perdido, no caso, a soberania do reino português.

Quando exatamente teve início a militarização de Santo Antônio em Portugal, a história não deixou claro. Para Evaldo Cabral de Mello, seu primeiro recrutamento ocorreu no terço de Lisboa nos últimos anos da guerra contra os espanhóis, antes de iniciar a campanha de 1665.⁵⁹ De fato, conforme a tradição popular, por ocasião da batalha dos Montes Claros (1665), durante o reinado de D. Afonso VI (1656-1667), o santo já havia sido feito soldado, conforme evidenciam as *Redondilhas a Santo António alistarse por soldado na occasiam da Campanha do alem-Tejo no anno de 1665*, de autoria de Sebastiam da Fonseca e Paiva:⁶⁰

Se Antônio assentado estais
Não façais na guerra falha,
E se eis de ir para batalha
Como assim vos assentais?

⁵⁷ NATIVIDADE, João da, “Sermão no Convento de Santo António dos Capuchos no IV domingo do Advento, 1640”, Apud MARQUES, João Francisco, *A parenética portuguesa e a Restauração*, v. 1, p. 145.

⁵⁸ VAINFAS, Ronaldo, “Santo Antônio na América Portuguesa: religiosidade e política”, In: *Revista USP*, n. 57, p. 33.

⁵⁹ MELLO, Evaldo Cabral de, *Rubro veio*, p. 281.

⁶⁰ PAIVA, Sebastiam da Fonseca e, “Redondilhas a Santo António alistarse por soldado na occasiam da Campanha do alem-Tejo no anno de 1665”, Apud AGUIAR, José Pinto de, *Santo António de Lisboa*, p. 15-17.

Se Portugal vos conduz
 Ide a ser Português Marte
 Tendo as armas de uma parte
 Tendo da outra parte a Cruz

(...)

Neste terço de Lisboa
 Desta vez ide alistado;
 Que um terço com tal soldado
 Segurar pode a Coroa

Bem podeis lançar à quadra
 De vossa esquadra o troféu;
 Pois das esquadras do Céu
 Sois sempre Cabo de esquadra.

(...)

Ide, que posto estão fartos
 De empenhar-nos esta vez;
 Tendo nós tal Portuguez
 Faremos Castela em quartos.

Em 1668, nos tempos da regência do príncipe D. Pedro (1668-1683), Santo Antônio foi alistado como soldado no regimento de Infantaria de Lagos, no Algarve. Anos depois, em 1683, época em que o príncipe passara a reinar como D. Pedro II (1683-1706), o santo foi promovido a Capitão, conforme atesta o seguinte documento:

Attesto e certifico a quantos virem estas presentes, (...) que o Senhor Santo António, por outro nome o grande Santo António de Lisboa (commum e falsamente chamado de Padua) foi alistado e teve praça n'este regimento, sempre desde 24 de janeiro do anno de N. S. J. C. 1668, como se evidenciará mais particularmente abaixo (...). Que a 24 de janeiro de 1668, por ordem de S. M. D. Pedro II (que Deus tem na gloria) então principe regente do reino de Portugal (...), foi Santo António alistado como soldado raso n'este regimento de infantaria de Lagos, logo no principio que se formou, por ordem do mesmo principe; e de tal entrada no serviço militar se formou um registro (...) *onde deu por fiador a Rainha dos Anjos, que se tornou responsável em como não havia de desertar do seu regimento*, mas pelo contrário se conservaria sempre como bom soldado junto das suas bandeiras; e assim santo continuou a servir, e afazer serviço na qualidade de soldado raso no regimento até 12 de setembro de 1683, no qual dia o mesmo principe regente foi elevado a rei de Portugal, pelo fallecimento de seu irmão D. Afonso VI; e n'este mesmo dia S. M. promoveu Santo António ao posto de capitão no regimento, por se ter pouco antes posto corajosamente à frente dum destacamento do regimento, que estava marchando de Jorumenho para a guarnição de Olivença, ambas na província do Alemtejo (...).⁶¹

⁶¹ “Atestado de D. Hercules Magalhães Homem sobre o alistamento de Santo Antônio, 1777”, Apud AGUIAR, José Pinto de, *op. cit.*, p.27-32. (grifo meu)

O documento permite refletir sobre a relação de dependência que se desenvolvera entre a defesa militar portuguesa e o divino. Uma vez alistado, era necessário garantir a permanência do santo no Exército português. Para tal garantia, recorreu-se à Virgem, que se tornou a fiadora responsável por garantir que Santo Antônio “não havia de desertar do seu regimento”. Embora garantir por meio de fiadores a fidelidade de seus soldados fosse prática comum no regimento⁶², nenhum outro soldado tinha a Virgem como responsável. Para o regimento, isso significava as bênçãos protetoras não apenas de Santo Antônio, mas também de Maria.⁶³

Ainda no reinado de D. Pedro II, a pedido dos oficiais e soldados do Regimento de Infantaria de Peniche, o rei concedeu a Santo Antônio o posto de alferes com direito a soldo mensal de 6\$000 réis. Em 1702, foram aprovados os estatutos da Irmandade de Santo Antônio do Regimento de Lagos, de onde se conclui que a essa época o regimento já tinha no santo o seu padroeiro. Por carta régia de D. João V (1707-1750) dirigida no ano de 1733 ao juiz e presidente dessa irmandade, Santo Antônio passaria a receber soldo de capitão, cuja divisa o mesmo havia adquirido por ordem de D. Pedro II em 1683, conforme o documento anteriormente transcrito.⁶⁴

⁶² AGUIAR, José Pinto de, *op. cit.*, p.23.

⁶³ Em 1646, Maria sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição havia se tornado a “padroeira lusitana por excelência”. Escolhida por D. João IV para proteger a monarquia, o reino e suas colônias, a Imaculada Conceição tornou-se a principal invocação mariana de Portugal. No Brasil, sua importância prolongou-se após a independência, sendo a Imaculada escolhida para padroeira do império. Cf. SOUZA, Maria Beatriz de Mello e, “O culto de imagens da Imaculada Conceição no mundo luso-brasileiro (séculos XVI-XVIII)”, In: *VIII Encontro Regional de História da Anpuh – núcleo do Rio de Janeiro*.

⁶⁴ AGUIAR, José Pinto de, *op. cit.*, p. 78. Ainda sobre a militarização de Santo Antônio em Portugal, o historiador informa que, em 1762, a imagem do santo foi colocada nas muralhas da Praça de Almeida para animar a resistência aos invasores espanhóis e franceses após a recusa portuguesa em aderir ao Terceiro Pacto de Família. No início do reinado de D. Maria I (1777-1816), a partir de petição do Major do Regimento de Lagos, o santo foi promovido a Coronel (porém com o mesmo soldo de capitão estipulado por D. Pedro II, ou seja, 300\$000 réis). Pelo Regimento de Lagos, teve aumento de soldo nos anos de 1778 e 1784. Foi também foi padroeiro do Regimento de Infantaria n.º 19 de Cascais. Nesse regimento coube-lhe o mérito da proteção que conduziu à vitória anglo-lusitana contra as tropas francesas na Batalha de Buçaco (1810), durante a Guerra Peninsular (1807-1814), lhe valendo a promoção a Tenente-Coronel.

No que se refere aos domínios portugueses na África, José Pinto de Aguiar informa que, em carta de 28 de julho de 1749, o Conde do Lavradio, então Governador e Capitão-General da Província de Angola, comunica ao rei D. João V que encontrara na cidade de Luanda Santo Antônio assentado com praça de alferes e que tal posto o santo havia alcançado depois de ter servido muitos anos como soldado. Na mesma carta o governador solicita ao rei a promoção do santo a Capitão de Infantaria com direito ao devido soldo “para que com ele bem possa conservar e aumentar os grandes cultos com que o festejam sempre”. Cf. AGUIAR, José Pinto de, *op. cit.*, p.

3.4

Santo militar na América portuguesa

Na América portuguesa, ao que tudo indica, o processo de militarização de Santo Antônio parece ter antecedido o de Portugal. Conforme escreveu Jaboatão, no ano de 1595 uma frota francesa liderada por protestantes, cujo propósito era tomar a cidade da Bahia, aportou primeiro na costa africana e tomou a fortaleza de Arguim, de domínio português. Do saque à cidade e destruição de suas igrejas, teriam preservado uma imagem de Santo Antônio que, conduzida a uma das embarcações, servira de alvo à hostilidade dos marinheiros contra os portugueses. Conta o religioso que a imagem teria sido mutilada com diversos golpes de espada e que os franceses a teriam atado com pregos e cordas ao gurupés⁶⁵, ordenando que os guiasse à Bahia.⁶⁶ Jaboatão não economizou palavras para descrever os infortúnios que acometeram os franceses no prosseguimento da viagem: perderam a água e o vinho embarcados, foram acometidos de “doença mortal” que vitimou muitos. Os sobreviventes, ao chegarem à costa brasileira, decididos a se entregar aos portugueses, para que “não vissem os catholicos o máo tratamento do Santo, acordaraõ de o lançar ao mar, perto da altura de hum Rio que se chama o Morro de São Paulo, quatorze legoas da Bahya”. Presos, os franceses foram enviados ao Governador D. Francisco de Souza. No caminho, “viraõ ao Santo Gloriozo na Praya do mar doze legoas antes de chegar á Bahya, em pé de maneyra que lhe não podia chegar a maré se não fosse preamar”. Diante de tal visão, conta Jaboatão que os prisioneiros teriam confessado como haviam trazido a imagem de Arguim e a lançado ao mar “mais de trinta legoas donde estavaõ”. Os portugueses se

68. Ainda na mesma obra, Aguiar indica que, em Moçambique, Santo Antônio também assentou praça como Capitão de Fuzileiros. *Ibid.* p. 69.

Na Ásia, Santo Antônio foi considerado patrono não apenas de oficiais e soldados, mas também de marinheiros. Embora o início de sua militarização seja desconhecido, sabe-se que, em 1738, o santo era Capitão de Artilharia em Goa, embora recebesse da Fazenda Pública o soldo correspondente a Segundo-Tenente, por não estar em serviço ativo. *Ibid.*, p. 73. Em Macau, o santo ocupou praça de soldado até 1780. Afastado do posto, foi novamente recrutado em 1733 como Capitão da Cidade a pedido do Senado da Câmara, para que se restabelecesse o soldo ao santo e não cessasse sua proteção local. *Ibid.*, p. 70.

⁶⁵ Gurupés é o mastro que se projeta, quase na horizontal, na proa de uma embarcação.

⁶⁶ JABOATÃO, Antônio de Santa Maria, *Novo Orbe Seráfico Brasilico*, parte II, livro I, p. 81 et seq.

certificaram que, ao redor da imagem do santo, não havia pegada, de forma a tirar toda dúvida que “pudesse contradizer a taõ grande maravilha”.⁶⁷ Feito isso, tomaram a imagem e a depositaram numa ermida no caminho de Salvador.⁶⁸ Na cidade, “publicarão as maravilhas do Senhor em seo Santo”. Os franciscanos, ao tomarem conhecimento do ocorrido, foram buscar a imagem e a “puzeraõ em o Mosteiro de S. Francisco dos dittos Frades capuchos aonde está em seo proprio altar.”⁶⁹

Tal história, privilegiando o maravilhoso, foi encarada como um milagre. Além de se tratar de um santo, cujo culto era combatido pelos protestantes, a imagem havia sido motivo do escárnio dos franceses por se tratar da representação de um português. O desfecho do episódio foi tomado pelos baianos como um sinal de que a Providência estava do lado dos portugueses. A imagem se tornou objeto de veneração local. As marcas dos golpes de espada contribuíram para maior sensibilização dos fiéis, que as viam como sinais de martírio: “He huã Imagem muito formozza, e muyto mais o parece martyrizada com as cutilladas, e feridas rubicundas”.⁷⁰ Cabe lembrar que o santo, ao abandonar sua terra natal a caminho da África, havia desejado o martírio. Voltava agora da África para terras conquistadas pelos portugueses com as marcas do tão desejado martírio. Quantas prédicas esse tema não deve ter rendido ao povo baiano.

A cidade não tardou a se colocar sob a proteção de Santo Antônio: “A camara, e toda a Cidade tomou o Santo por Padroeyro, e elle tomou á sua conta a defeza da Cidade.”⁷¹ Primeiro padroeiro da cidade de Salvador, Santo Antônio de Arguim, forma pela qual ficou conhecido, passou a ter “soldo de praça de soldado intertenido na Fortaleza de S. Antonio da Barra”⁷², o que pode significar a primeira incorporação do santo ao exército português. Porém, a falta de uma data documentada impede tal afirmação.

⁶⁷ Ibid., p.83-84.

⁶⁸ Conforme Inácio Accioly de Cerqueira e Silva, a praia onde foi parar a imagem de Santo Antônio era Itapuã e a ermida em questão correspondia à capela da casa da Torre de Francisco Dias d’Avilla. Cf. SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira, *Memórias históricas e políticas da provincia da Bahia*, v. 4, p. 127.

⁶⁹ JABOATÃO, Antônio de Santa Maria, *op. cit.*, parte II, livro I, p. 84.

⁷⁰ Ibid., p. 85.

⁷¹ Ibid.

⁷² SILVA, Ignacio Accoli de Cerqueira, *op. cit.*, v. 4, p. 129. O mesmo autor esclarece que na sua época (1836): “não é a imagem que presentemente existe, a mesma encontrada nas praias de Itapoan, por isso que um guardião do convento, reputando-a assás disforme, a substituiu pela actual, doando a primeira a João de Couros Carneiro.” *Ibid.*

No ano de 1624, sob a liderança do comandante Jacob Willekens, os holandeses invadiram Salvador. A ocupação restringiu-se aos limites além dos muros da cidade. Recuperada no ano seguinte por tropas luso-espanholas, a Bahia ainda sofreu várias ameaças de segurança nos anos seguintes. A 16 de abril de 1638, sob o incentivo da Companhia das Índias Ocidentais, Maurício de Nassau, que administrava os domínios holandeses no Nordeste brasileiro desde o ano anterior, empreendeu um malogrado ataque à Bahia.⁷³ A vitória contra os invasores foi interpretada como resultado da intervenção divina a favor dos luso-brasileiros, na qual Santo Antônio, protetor oficial da cidade, teve papel de destaque. No dia 13 de junho, alguns dias após o episódio, Antônio Vieira pregou o primeiro de seus sermões dedicados a Santo Antônio. Nele o jesuíta conferiu o mérito da vitória sobre os estrangeiros a Deus e ao santo português:

A cidade da Bahia é Cidade do Salvador, e Bahia de Todos os Santos, e assim como, enquanto cidade do Salvador, pertence a defesa da cidade ao Salvador; assim enquanto Bahia de Todos os Santos pertencia a defesa a Santo Antônio. E por quê? Mais admirável ainda é o porquê, que a mesma resposta. Porque, sendo a Bahia, Bahia de Todos os Santos, a todos os santos pertencia a defesa dela. Logo, se a todos os santos pertencia a defesa da Bahia, por isso a defendeu Santo Antônio, porque Santo Antônio, sendo um só, é todos os santos. Ora vede.⁷⁴

As palavras de Vieira – no dizer de Evaldo Cabral de Mello, um “malabarismo teológico” – contribuiriam para a construção da imagem militar de Antônio, até então um santo deparador.⁷⁵ Trata-se, contudo, de uma reconsideração de significado. O santo permaneceria como deparador, porém de uma causa maior ameaçada a ser perdida: a soberania.

Em 1645, época em que Pernambuco ainda estava sob domínio holandês, a Câmara baiana encomendou uma missa a ser rezada no altar de Santo Antônio. Justificava-se esta por “ação de graças em razão dos muitos benefícios que esta Cidade tem recebido deste Santo”.⁷⁶ Na ocasião oficializou-se o seguinte compromisso:

⁷³ RAMINELLI, Ronald, “Invasões holandesas”, In: VAINFAS, Ronaldo, *Dicionário do Brasil colonial*, p. 314.

⁷⁴ VIEIRA, Antônio, “Primeiro Sermão de Santo Antônio (1638)”, In: *Santo Antônio luz do mundo*, p. 35-36.

⁷⁵ MELLO, Evaldo Cabral de, *op. cit.*, p. 275

⁷⁶ “Assento que se fez para haver dizer húa Missa no altar de Santo Antonio que está na Igreja do Convento de São Francisco desta Cidade, aqual hade dizer o Reverendo Padre Vigario Felipe

(...) e outrossim está acordado nesta Camara que sendo cazo que Deos seja servido Restaurar e Restituir a nosso domínio a Capitania de Pernambuco e as mais da banda do Norte nos obrigamos com Voto perpetuo em todos os annos no proprio dia em que se recuperar a povoação do Recife a se fazer dita Cidade, húa festa solemne no dito Convento de São Francisco com Porcição Pregação e Missa Cantada de Canto de Órgão em honra e Louvor de Santo Antonio, e assim mais prometeo, e votou o mesmo Tribunal de mandar fazer ao mesmo húa Imagem de vulto passado, digo vulto vazado toda de prata do mesmo tamanho do que de presente há em seo altar (...) ⁷⁷

De fato, a promessa foi cumprida. Em 1654, restaurado Pernambuco, realizou-se a dita festa em homenagem a Santo Antônio. Em 1705, os termos desse compromisso foram retomados para justificar o pedido da Câmara junto ao governador para que o santo fosse promovido. Alegava-se que:

(...) hoje mais que nunca necessitamos dos favores do dito santo, não só pelas grandes guerras, que de presente há em Portugal, senão também pelas que se presume poderá haver na Bahia, e ser o dito santo o primeiro protector desta cidade: me pedia o dito senado, que, em commutação do dito voto, mandasse assentar praça ao glorioso santo Antonio de capitão intertenido do forte de Santo Antonio da barra, donde tinha a de soldado razo (...) ⁷⁸

A promoção foi confirmada por Carta Régia de 1707. Nela, D. João V (1707-1750) determinava que os soldos aos quais o santo faria direito “se applicarão, ou á festa, em que se celebra o mesmo santo, ou para ornato da sua mesma capella”. ⁷⁹ Da leitura da mesma carta, percebe-se a preocupação real em que a prática do pagamento ao santo pudesse vir a servir outros interesses. Quanto a isso, o rei advertia os oficiais da Câmara: “não deveis fazer semelhantes despesas pela vossa autoridade, sem primeiro me dares conta, pois os effeitos que administraes, são da fazenda real, que não podeis distribuir sem permissão minha”. ⁸⁰

A carreira militar de Santo Antônio prosseguiu na Bahia, além da segunda década do Setecentos, recorte temporal contemplado nesta pesquisa. ⁸¹ Por hora,

Vinegas, as quartas-feiras do anno”, Apud SOARES, José Carlos de Macedo, *Santo Antônio Militar no Brasil*, p. 28.

⁷⁷ Ibid., p. 29.

⁷⁸ “Portaria do Governador D. Rodrigo da Costa promovendo Santo Antonio de Lisboa a Capitão”, Apud SOARES, J. C. de Macedo, *op. cit.*, p. 30.

⁷⁹ “Carta Regia de 7 de abril de 1707 confirmando o posto de Capitão a Santo Antonio de Lisboa”, Apud SOARES, J. C. de Macedo, *op. cit.*, p. 30.

⁸⁰ Ibid.

⁸¹ Entre os anos de 1720 e 1735, durante o governo de D. Vasco Fernandes Cezar de Menezes, Conde de Sabugosa, foi construída a Capela de Santo Antônio da Mouraria onde o santo recebeu o

porém, é preciso retornar ao século XVII, quando outras patentes militares foram concedidas ao santo.

Em Pernambuco, onde desde o século anterior a devoção antoniana havia justificado a construção de capelas e conventos⁸², a identificação do santo como protetor e libertador se deu durante as lutas para expulsão dos holandeses, que dominaram a capitania a partir 1630. Antônio Vieira, no sermão de Santo Antônio de 1638, já aqui citado, suplicara ao santo que libertasse Pernambuco:

Lembrai-vos, glorioso Santo, dos muitos templos e altares em que éreis venerado e servido naquelas cidades, naquelas vilas, e em qualquer povoação, por pequena fosse, e que nos campos e montes onde não havia casa só vós a tínheis. Lembrai-vos dos empenhos e grandiosas festas com que era celebrado o vosso dia e, sobretudo, da devoção e confiança com que a vós recorriam em suas perdas particulares, e do prontíssimo favor e remédio com que acudíeis a todos. O mesmo sois, e não menos poderoso para o muito que para o pouco. Apertai com esse Senhor que tendes nos braços, e apertai-o de maneira que, assim como nos concedeu esta vitória, nos conceda a última e total de nossos inimigos.⁸³

Em Pernambuco, tal qual se deu na Bahia com Santo Antônio de Arguim, a construção da imagem militar do santo partiu da narrativa de um episódio considerado milagroso. O episódio teria ocorrido no engenho Santo Antônio, propriedade de João Fernandes Vieira, reinol que liderava tropas luso-brasileiras durante a Insurreição Pernambucana. Conta-se que, certa manhã de maio de 1645, o zelador do engenho encontrou abertas as portas da capela que sempre trancava a chaves. O ocorrido se repetiu por vários dias. Religiosos e outras pessoas foram chamados para presenciar o ocorrido. Esses verificaram que, mesmo selada a fechadura, as portas amanheciam abertas e com o selo intacto. Tomou-se isso como um sinal divino. As interpretações, contudo, eram diversas. Para alguns, Santo Antônio convidava a sair campo afora e enfrentar o inimigo; outros entendiam que, ao mostrar suas portas abertas, o santo prometia seu apoio à causa

posto de Alferes de Infantaria. Em 1800, o príncipe regente D. João fixou o soldo do santo da Mouraria em 120\$000 anuais, que lhe foi pago até 1907. Ainda sob D. João, Santo Antônio foi promovido na Bahia aos postos de Major de Infantaria (1810), Sargento Mor da Infantaria (1811) e Tenente-Coronel de Infantaria (1814), sendo seu soldo pago ao Guardião do Convento de São Francisco até 1907. Cf. SOARES, J. C. de Macedo, *op. cit.*, p. 16-22.

⁸² Dos cinco conventos franciscanos da capitania, três eram dedicados a Santo Antônio: Igarapé, Recife e Ipojuca. Todos pertenciam à Custódia franciscana de Santo Antônio do Brasil, cuja sede era o convento de Olinda. Nessa mesma vila, os carmelitas haviam se estabelecido em sítio onde havia uma ermida dedicada ao santo lisboeta, razão que justificara ao convento o nome de Santo Antônio do Carmo. PIO, Fernando, *O convento de Santo Antônio do Recife e as fundações franciscanas em Pernambuco*.

⁸³ VIEIRA, Antônio, “Primeiro Sermão de Santo Antônio (1638)”, In: *op. cit.*, p. 60.

pernambucana; para outros, o santo incitava a abandonar suas casas e buscar refúgio seguro.⁸⁴

Conta-se ainda que, no mesmo ano, um segundo sinal teria ocorrido na mesma capela. Na manhã de 13 de junho, dia de Santo Antônio, ao fim da missa por sua celebração, o dossel que ornamentava o altar teria se dobrado milagrosamente diante da imagem do santo.⁸⁵

Outra intervenção teria ocorrido na noite de 16 para 17 de agosto do mesmo ano. Em meio à luta contra os invasores, Fernandes Vieira havia parado com sua tropa no engenho do Curado para descansar. Adormecido, recebera uma “aparição” de Santo Antônio repreendendo-o por ter interrompido a marcha para combater o inimigo. Acordando do sonho, Vieira partiu imediatamente, o que lhe permitiu surpreender e derrotar os holandeses que estavam acampados na Casa Forte.⁸⁶

Santo Antônio teria se manifestado ainda mais uma vez por ocasião da batalha da Casa Forte (1645). Conta-se que, na capela do engenho de Fernandes Vieira, a imagem de Antônio suara devido ao cansaço da intercessão que o santo fazia junto a Deus pela vitória dos pernambucanos.⁸⁷

Tais fatos foram tomados como milagrosos sinais do apoio do santo lisboeta à causa de Pernambuco contra o domínio dos “hereges” holandeses. “Santo ‘achador’, estava especialmente habilitado a ser o padroeiro do movimento pernambucano. Deus dera o Brasil a Portugal; o batavo herege usurpara-o; Santo Antônio o restituiria a seu dono”.⁸⁸ Na “guerra da liberdade divina”, bordava-se a imagem do santo nas bandeiras das tropas luso-brasileiras. Desde a vitória em Casa Forte, celebrou-se o 13 de junho com festa, missa, procissão e salva de mosquetes e artilharia. Finda a guerra, a Câmara de Olinda manteve tal tradição e confiou ao santo a antiga guarita de João Albuquerque que, localizada na língua de terra que avança em direção a Recife, passou a se chamar Fortaleza de Santo Antônio do Buraco.⁸⁹

⁸⁴ MELLO, Evaldo Cabral de, *op. cit.*, p. 276-277.

⁸⁵ *Ibid.*

⁸⁶ *Ibid.*, p. 278-279.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 279-280.

⁸⁸ *Ibid.*, p.275.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 280; SOUZA, Augusto Fausto de, “Fortificações no Brasil”, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 48, parte II, p. 82.

Durante a guerra contra os holandeses, Santo Antônio protegera e libertara o povo de Pernambuco. Somente em 1685, trinta e um anos após o fim da Insurreição Pernambucana (1645-1654), foi que ocorreu a primeiro registro do santo como militar na capitania.⁹⁰ Por ocasião da guerra que se promoveu para destruir Palmares, o governador D. João da Cunha Souto Maior mandou assentar praça de soldado a Santo Antônio, com direito a pagamento de soldo ao guardião do Convento franciscano de Nossa Senhora das Neves de Olinda.⁹¹

A utilização do santo soldado como combatente de quilombo significava a integração de duas de suas facetas, a de guerreiro e a de capitão do mato. Ambas, contudo, consistiam na atualização de uma atribuição mais antiga, a de deparador do que foi perdido. Como guerreiro, o santo devolvia a liberdade ameaçada, como capitão do mato, a propriedade fugida. Nas palavras de Luiz Mott:

Ao se incorporar santo Antônio no serviço militar, laçai os interesses ora da Coroa portuguesa em sua luta contra os estrangeiros hereges, ora dos colonos do Brasil na recuperação de seus escravos fugidos ou na destruição de quilombos, os devotos estavam atualizando seu carisma original de pavor dos infiéis e martelo das heresias.⁹²

Ainda no período que antecedeu a militarização de Santo Antônio no Rio de Janeiro, local para onde converge o interesse maior desta pesquisa, verificou-se a incorporação de santo nas forças militares da capitania da Paraíba do Norte. Aí, também é desconhecida a data do assentamento do santo como soldado. Sabe-se, porém, que, no início do século XVIII, já recebia soldo de soldado raso.⁹³ Na

⁹⁰ Uma vez que a história desconhece a data do assentamento do santo como soldado na Bahia, a patente pernambucana é a mais antiga que se tem notícia no Brasil.

⁹¹ Em 1717, D. Lourenço de Almeida, governador de Pernambuco, promoveu Santo Antônio a Tenente. Em 1819, os franciscanos solicitaram sua promoção a Sargento mor, o que lhes foi negada pelo governador Luiz do Rego, alegando ser tal esmola excessiva, pois Santo Antônio era “oficial que nunca morre”. Cf. PIO, Fernando, *op.cit.*, p. 27-28; SOARES, J. C. de Macedo, *op. cit.*, p. 122-124.

Em 1751, a Câmara de Igarçu, alegando não possuir milícias que justificassem o pagamento de soldo a Santo Antônio, solicitou ao rei D. José I que o santo fosse assentado nos Livros do Senado para que pudesse receber a propina devida a cada um dos vereadores da vila. Em Carta Régia de 23 de novembro de 1754, o rei aprovou tal solicitação e Santo Antônio passou a ser vereador de Igarçu. Cf. SOARES, J. C. de Macedo, *op. cit.*, p. 124-125.

⁹² MOTT, Luiz, “Santo Antônio, o divino capitão-do-mato”, In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos, *Liberdade por um fio*, p. 117.

⁹³ Segundo José Carlos de Macedo Soares, Santo Antônio não teria sido o único santo a receber soldo na Paraíba. Segundo o historiador, uma lista de pagamentos transcrita por Irineu Ferreira Pinto, em “Datas e notas para a História da Paraíba” (1908), indica que São Bento esteve alistado na Companhia do Capitão Inácio Diogo de Caminha e São Francisco Xavier na Companhia da Fortaleza de Cabedelo. Este teria assentado praça em 1720, a pedido do Superior Padre Rafael Alves ao rei D. João V. Cf. SOARES, J. C. de Macedo, *op. cit.*, p. 55.

época, o governador João de Maya da Gama, a pedido do guardião do convento de Santo Antônio da Paraíba, expôs ao rei acerca da limitada praça do “Glorioso Santo”. Em resposta, D. João V determinou:

(...) Fui servido haver por bem de que o bem aventurado Santo Antonio vença nessa capitania duas praças de soldado, dobrandose-lhe a que já tem, para que desta maneira se possam ajudar os seus Religiosos para a sua sellebridade e culto do mesmo santo; de que vos aviso para o terdes assim entendido. (...) ⁹⁴

Não obstante as poucas informações disponíveis sobre o caso paraibano, sua comparação com os processos que ocorreram na Bahia e em Pernambuco permite observar algumas similitudes.

A primeira diz respeito aos fatos que precederam a militarização do santo, aos quais se conferiram aspectos de milagres. No caso da Bahia, o Santo Antônio de Arguim que apareceu de pé na praia; em Pernambuco, a série de acontecimentos tomados como “sinais” de apoio do santo na luta contra os holandeses.

O perigo – fosse francês ou holandês, presente ou iminente, – exigia que o povo se armasse de coragem. Para uma sociedade impregnada de religiosidade, como a colonial, os milagres eram sinais de que a Providência divina estava do seu lado. Se Deus e os santos estivessem do lado luso-brasileiro, quem os poderia derrotar?⁹⁵

Uma segunda semelhança pode ser percebida nos documentos que conferiram soldo ou seu aumento ao santo. Ao concedê-los, o rei determinava a finalidade desses vencimentos, ou seja, a promoção de uma devoção, o que poderia ser através da festa dedicada ao santo ou pela manutenção de sua capela. É o que pode ser verificado na Carta Régia de 1707 que promoveu Santo Antônio a capitão na Bahia (“se applicarão, ou á festa, em que se celebra o mesmo santo,

⁹⁴ “Carta Régia de 13 de dezembro de 1709 ao governador da Capitania da Paraíba do Norte”, Apud SOARES, J. C. de Macedo, *op. cit.*, p. 57-58.

⁹⁵ “Que diremos depois disso? Se Deus é por nós, quem será contra nós?” Romanos 8, 31. In: *Bíblia Sagrada*. Antônio Vieira recorreu a tal pensamento em sermão proferido no ano de 1640, na Bahia: “Ouvimos (...) a nossos pais, lemos nas nossas histórias, e ainda os mais velhos viram, em parte, com seus olhos, as obras maravilhosas, as proezas, as vitórias, as conquistas, que por meio dos Portugueses obrou em tempos passados vossa Onipotência, Senhor (...). Vossa mão foi a que venceu, e sujeitou tantas nações bárbaras, belicosas e indômitas, e as despojou do domínio de suas próprias terras, para nelas os plantar, como plantou com tão bem fundadas raízes; e para nelas os dilatar, como dilatou, e estendeu em todas as partes do mundo, na África, na Ásia, na América.” VIEIRA, Antônio, “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda”, In: *Sermões*, Tomo I, p. 443-444.

ou para ornato da sua mesma capella”), bem como a Carta Régia de 1709 que dobrou o soldo do santo na Paraíba (“ajudar os seus Religiosos para a sua sellebridade e culto do mesmo santo”).

Uma devoção implica na “sensibilização” de fieis, num convencimento que apela, sobretudo, ao emocional.⁹⁶ Tal fenômeno, tão próprio à cultura do Barroco em que predominava o discurso da persuasão⁹⁷, foi recurso corrente da colonização portuguesa na qual a união entre a cruz e a espada⁹⁸, compreendia a formação tanto de súditos quanto de fiéis. Dessa forma, a devoção a um santo lusitano, como Antônio, ia ao encontro de tal anseio, pois conjugava “sensibilizações” em relação à religião católica e ao reino português.

No Rio de Janeiro, o processo de militarização do santo seguiria o mesmo caminho. Sendo precedido por um episódio considerado milagroso, a militarização de Santo Antônio conduziu à concessão de soldos para a promoção de sua devoção.

3.5

Santo Antônio do Relento, protetor do Rio de Janeiro

No dia 8 de dezembro de 1616 foi inaugurada a capela-mor da igreja do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Seu altar, embora sem retábulo concluído, não deve ter ficado vazio. Segundo suposição de Basílio Röwer, a imagem aí colocada deve ter sido a mesma que ocupava o altar simples da antiga ermida do morro e que havia sido transportada na procissão solene por ocasião do lançamento da pedra fundamental, oito anos antes, e da qual, infelizmente, não se possui mais vestígios.⁹⁹

Em 1621, época em que os retábulos originais da igreja haviam sido recém concluídos, o então guardião do convento, frei Luís de Santo André, incumbiu um

⁹⁶ “Devotion [...] denotes a certain ardour of affection in the things of God, [...] it generally implies that this ardour is of a sensible character. On the other hand, by the term ‘devotions’ in the plural, or ‘popular devotions’, we commonly understand those external practices of piety by which the devotion of the faithful finds life and expression.” Cf. THURNSTON, Herbert, “Devotion”, In: *The Catholic Encyclopedia*.

⁹⁷ ARGAN, Giulio Carlo, “A Europa das capitais”, In: *Imagem e persuasão*, p. 46-185.

⁹⁸ BOXER, Charles, *O império colonial português*, p. 257.

⁹⁹ RÖWER, Basílio, *O Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro*, p. 258.

religioso leigo da casa, considerado “perito nesses trabalhos”¹⁰⁰, a fabricar uma imagem do santo padroeiro para ser colocada no altar-mor. No primeiro Livro do Tombo Geral da Província da Imaculada Conceição, encontra-se anexado, antes do termo de abertura, um documento sob o título “Notícia da fundação deste Convento do Rio de Janeiro”. No verso deste documento, está registrado: “Em 1621 se collocou a Image de S.º Antonio, o corpo feito p.º hum Relig.º Leigo portr.º, e a Cabeça p.º hum, que pedio hua esmola p.ª jantar, como se ve no Cartorio do Convento.”¹⁰¹

Apesar desse registro, a tradição acabou por conferir à imagem uma origem de caráter miraculoso. Sobre isso, no início do século XIX, Monsenhor Pizarro escreveria em suas “Memórias históricas do Rio de Janeiro” (1820-1822):

Referiram escritos antigos de pessoas dignas de fé, e a tradição constante confirma, que formando um religioso capucho o corpo da existente imagem de S. Antônio, nunca lhe pôde ajustar alguma das cabeças, que fizera, por saírem ou maiores, ou menores, da medida: e tocando em certa noite a campainha da portaria, se achara aí a cabeça do santo, que levada com grande admiração dos religiosos, perfeitamente se uniu ao corpo, como obra fabricada por mãos sobrenaturais.¹⁰²

Conforme o ocorrido na Bahia e em Pernambuco – e, muito provavelmente, em outros lugares do império – a configuração de um milagre aqui também parece ter se mostrado necessária. Entretanto, por se tratar de uma lenda, é quase impossível determinar quando ela teria sido criada. Do desconhecimento de seu registro no período que antecede a militarização do santo na cidade, para a dúvida se ela não seria posterior, uma vez que seus primeiros relatos escritos correspondem ao século XIX.¹⁰³

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ “Notícia da fundação deste Convento do Rio de Janeiro”, In: *Tombo Geral da Província I*.

¹⁰² ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, v. 7, p. 194.

¹⁰³ Além da versão de Pizarro e Araújo, tal tradição foi recontada por Joaquim Manuel de Macedo em “Um passeio pelo Rio de Janeiro” (1862/1863). Já Balthazar da Silva Lisboa, no tomo VII dos *Annaes do Rio de Janeiro*, optou pela reprodução das informações existentes no Livro do Tombo Geral da Província..



Figura 2 – Santo Antônio do Relento
 Fonte: <http://www.riototal.com.br/boanova/conv-historico.htm>

Construída em terracota, a imagem do santo não possui a beleza artística das esculturas barrocas que vinham de Portugal e mesmo de outras produzidas na colônia.¹⁰⁴ (Figura 2) Iconograficamente, foi construída à maneira da maioria das imagens antonianas da América portuguesa: hábito franciscano, cordão com três nós, sandálias e tonsura. Com o braço esquerdo, segura o Menino Jesus, em pé,

¹⁰⁴ Com 1,10m de altura, a imagem do convento foi feita em barro queimado e policromado. À semelhança de muitas esculturas feitas na colônia no mesmo período, o santo foi representado de forma rígida. No conjunto, a única sugestão de movimento deveria ser conseguida pelos braços esticados do Menino Jesus em direção a Santo Antônio. Tal ideia, porém, fica comprometida em função da roupa com que se veste a criança e que, tradicionalmente, é trocada por ocasião da festa de Santo Antônio a cada 13 de junho. O distanciamento entre as duas figuras também não contribui para provocar o sentimento de ternura, próprio deste tipo de iconografia.

O fato de estar exposta do lado de fora há quase 300 anos contribuiu, sem dúvida, para seu grande desgaste. O vidro que a protege em seu nicho não deve ter estado sempre lá. São visíveis os sinais do desgaste em todo o trabalho de pintura. O Menino Jesus, por exemplo, parece estar danificado na altura do pescoço.

Conforme o registro de uma foto antiga, é possível perceber que, no último século, houve intervenções na imagem: a cor do cabelo do Menino Jesus foi mudada. Já foi escuro e na última intervenção, lhe deixaram loiro. A carnação feita com cor pálida, amarelada, acentuou o ar oriental que os olhos semicerrados do santo lhe conferem.

sobre um livro. Conforme se lê no terceiro tomo do *Agiologio Lusitano*, a maioria das imagens antonianas de Portugal estava assim representada:

I em muitas com as mãos ambas ocupadas, numa a Cruz, e ramo de açucenas, em sinal de sua incorrupta pureza, e das maravilhas raras, que obrou em virtude deste sacrosancto Lenho, e noutra o Menino Jesu sobre o Breviario, o qual muitas vezes se vinha regalar entre seus braços, a que alludio o V. P. Antonio da Conceição no seguinte motte, que fez para huas festas, q se celebrãrãõ no Conveto das freiras da Esperança.

*Quemão Antonio divino
Pode co a vossa igualarse,
Pois vem nella a recrearse
Deos do Ceo, sendo menino.*¹⁰⁵

Em negação à tradicional crença de que a cabeça e o corpo do santo teriam resultado de dupla autoria, o olhar atento aos detalhes do rosto de Santo Antônio em comparação ao do Menino Jesus permite perceber que os traços fisionômicos, sobretudo olhos e bocas, se assemelham em feitio e expressão.

A mão esquerda do santo foi moldada a segurar o livro enquanto a direita, também sobre o livro, sustenta o Menino Jesus. Logo, a imagem não foi feita para segurar outros objetos, seja a cruz (que atualmente segura) ou o lírio, conforme sua iconografia tradicional, e muito menos a espada ou o bastão de sua versão militarizada.

No início do século XVIII, essa imagem já havia sido substituída por outra na capela mor, razão pela qual concluo que, caso a crença de sua origem miraculosa já fosse corrente, ela não teria sido retirada do principal altar da igreja, a não ser que fosse transferida para outro espaço de similar sacralidade ou, então, para um de maior evidência, o que não ocorreu nessa ocasião. A história desconhece o local onde a imagem do santo ficou guardada até sua consagração como herói militar em 1710.

Nessa época, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro era vista pelas forças europeias como “o prêmio mais desejável, em vista da grande riqueza canalizada através de seu porto, proveniente do ouro de Minas Gerais”.¹⁰⁶ Diante disso, os franceses, que no passado já haviam tentado estabelecer uma colônia na

¹⁰⁵ CARDOSO, Jorge, *Agiologio Lusitano*, tomo III, p. 680.

¹⁰⁶ BOXER, Charles, *A Idade de Ouro do Brasil*, p. 113. Sobre a importância do Rio de Janeiro e seu porto no século XVIII, Maria Fernanda Bicalho cita um documento do Conselho Ultramarino português (1712), segundo o qual a cidade era “uma das pedras mais preciosas que ornam a coroa de Vossa Majestade, de cuja conservação e bom governo depende a segurança das Minas, e ainda de todo o Brasil.” BICALHO, Maria Fernanda, *A cidade e o império*, p. 286-287.

Guanabara, voltaram a atacar. A posição diversa entre Portugal e França na Guerra de Sucessão Espanhola justificava tal ato.¹⁰⁷ Conforme se lê no Livro do Tombo, o ataque não ocorreu de surpresa:

A esta Cidade do Rio de Janeiro chegou hum Pacabote de avizo, que deo noticia em como se preparava em França huã Armada, que se entendia para as partes do Brazil, logo que chegou se compeo [sic] esta nova, e no mesmo instante o Governador General desta Praça Francisco de Castro e Moraes se preparou com muito cuidado e diligencia na fortificação da Cidade accodindo as fortalezas, fornecendoas de gente e dos mais aprestos necessarios (...)¹⁰⁸

Após uma frustrada tentativa de penetrarem na baía, cerca de mil e duzentos homens a bordo de seis navios, sob o comando de Jean François Duclerc, desembarcaram nas imediações de Guaratiba.¹⁰⁹ Era 11 de setembro. Guiados por quatro negros fugidos de um engenho na Ilha Grande, os invasores marcharam pelo sertão até alcançar o engenho dos padres da Companhia nas imediações da cidade.¹¹⁰

Tomando conhecimento que o inimigo invadiria por terra, a cidade preparou-se para a luta. A narrativa do Livro do Tombo prepara o caminho para a futura vitória, atribuindo caráter de milagre à rapidez com que se cavou uma trincheira nas proximidades do convento:

Logo se pôs a nossa gente no Campo e Igreja do Rozario; tratavaõ de se intrincheirar e com efeito fizeraõ hua boa trincheira desde o pé da Conceição até S.^{to} Antonio, e em todo este vão gastarão dous dias, que *a não ser por milagre era obra de mais tempo*.¹¹¹

Conta a tradição que, na iminência do ataque, o governador Francisco de Castro Moraes recorreu à intercessão de São Sebastião e Santo Antônio para a proteção da cidade. Ao primeiro coube as praias, ao segundo o campo. Diante do iminente ataque francês, as tropas cariocas recorreram ao soldado Santo Antônio que recebeu do então governador Francisco de Castro Moraes a patente de Capitão de Infantaria. Era 18 de setembro de 1710.

¹⁰⁷ BOXER, Charles, *op. cit.*, p. 111-112.

¹⁰⁸ “Relaçam da Batalha que os Francezes deraõ na Cidade do Rio de Janeiro aos 19 de Setembro de 1710 em que ficaraõ vencidos”, In: *Tombo Geral da Província I*, f. 141v. Esse relato foi escrito logo após o episódio da invasão francesa de 1710, pois na época de sua redação Duclerc ainda se encontrava vivo: “O General está no Collegio, como fica dito, bem assistido, e mais alguns Cabos, e homens de mais porte, que fazem treze, ou quatorze.” *Ibid.*, f.143v.

¹⁰⁹ BICALHO, Maria Fernanda, *op. cit.*, p. 268.

¹¹⁰ BOXER, Charles, *op. cit.*, p. 114.

¹¹¹ “Relaçam da Batallha...”, In: *op. cit.*, f.142. (grifo meu)

Invocou o Nosso General a S. Sebastião, e a S.^{to} Antonio, encomendando a estes dous grandes Santos obom soccesso, regimen, e direcção das Armas portuguezas do Rio de Janeiro; e no dias seguinte mandou pedir ao Padre Guardiaõ do Convento de S.^{to} Antonio, que todas as missas daquelle dia se dicessem ao dito Santo por sua tenção, e bom soccesso da batalha, que se esperava; cuja deligencia taõbem mandou pedir, e encomendar a vários Conventos e Igrejas desta Cidade; e nesse mesmo dia, que foi véspera do conflicto *mandou onosso dito General a Santo Antonio huã Patente de Capitaõ de Infantaria pago passando de Soldado razo, que athé entaõ era;* e o intitolou General do Exercito nos Campos, e a S. Sebastião nosso Padroeiro nas praias.¹¹²

Conforme o documento, Santo Antônio já era soldado no Rio de Janeiro. No entanto, conforme se verificou na Bahia, desconhece-se quando seu assentamento tenha ocorrido.

Alguns anos antes, em 1705, o General Sebastião da Veiga Cabral, em passagem pelo Rio de Janeiro, havia ofertado um bastão a Santo Antônio, como forma de agradecimento “quando com seo patrocínio triunfou do Castelhana” na Colônia do Sacramento. Diante dos preparativos para a peleja contra os invasores franceses,¹¹³ o Provincial frei Serafino de Santa Rosa mandou o bastão ao governador para que este lutasse portando o objeto abençoado. Castro Morais, porém, após colocar o bastão sobre sua própria cabeça e beijá-lo, o enviou de volta ao Provincial, solicitando que a imagem de Santo Antônio fosse colocada sobre a muralha do convento com o dito bastão nas mãos, para que daí pudesse comandar a luta contra os invasores.¹¹⁴ Os religiosos obedeceram a ordem, porém não colocaram sobre o muro a nova imagem da capela mor. Se por pouca fé ou excesso de zelo, essa foi preservada dos perigos da batalha que se aproximava. Santo Antônio foi representado pela antiga imagem, a qual ainda estaria reservada um local de projeção na cidade.

Na manhã de 19 de setembro, a cidade foi atacada. Uma vez no núcleo urbano, Duclerc rapidamente ganhou campo em direção ao litoral, encontrando, porém, resistência dos regimentos formados pela milícia local, escravos e estudantes do Colégio da Companhia. No conflito que se deflagrou, diz o relato do Tombo que “foi a nossa gente mais afortunada, porque tinhaõ por si a razaõ, a justiça, e os Santos Capitaens.”¹¹⁵ Enquanto a luta acontecia, os religiosos

¹¹² Ibid. (grifo meu)

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ RÖWER, Basílio, *op. cit.*, p. 267

¹¹⁵ “Relaçam da Batallha...”, In: *op. cit.*, f.142v.

tocavam os sinos das igrejas, incentivando a defesa da cidade. Ainda nesse dia, os mesmos sinos anunciaram a capitulação dos franceses.¹¹⁶

Alcançada a victoria repicaraõ-se os sinos, e se alegrarãõ os Portuguezes, gritando victorias e vivas ao Senhor Rey D. João 5.º primeira victoria que teve em seo tempo. Botaraõ bandeira ás fortalezas e navios; tornou a terra a seo auge resurgindo de suma tristeza, e mizeria em que sevia na quella manhã, chorando lastimas antes com os ameassos, que não passarão de o ser, que como fiava tanto nos seos advogados logo ficou quieta e soccegada.¹¹⁷

A vitória sobre os franceses foi festejada por todos os conventos e igrejas da cidade e, como não poderia faltar na sociedade barroca, “por concluzãõ huã grande, e solemne procissãõ em açãõ de graças, que sahio da Séé”.¹¹⁸ A imagem de Santo Antônio, da muralha do convento, passou a ocupar o frontispício da igreja, colocada de forma a lembrar a cidade a vitória conquistada pela intervenção do santo e sua presença de forma a protegê-los de novos perigos. Diante dela, passou-se a manter sempre acesa uma lamparina durante a noite.¹¹⁹ Em 1779, com a reforma da entrada da portaria, construiu-se o nicho onde está a imagem até os dias de hoje. Por ficar do lado de fora da igreja, a imagem ficaria conhecida como Santo Antônio do Relento ou Santo Antônio da Garoa.¹²⁰ **(Figura 3)**

¹¹⁶ Duclerc foi preso no Colégio da Companhia e, algum tempo depois, transferido para a casa de um oficial português. No dia 18 de março de 1711, foi assassinado por um grupo de embuçados. Cf. CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da, “Política e administração de 1640 a 1763”, In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, *História Geral da Colonização Brasileira*, Tomo I, v. 2, p. 38.

¹¹⁷ “Relaçam da Batallha...”, In: *op. cit.*, f.143.

¹¹⁸ *Ibid.*, f. 144.

¹¹⁹ SARTHOU, Carlos, *Relíquias da cidade do Rio de Janeiro*, p.121.

¹²⁰ SOARES, José Carlos de Macedo, *Santo Antonio de Lisboa militar no Brasil*, p. 67.

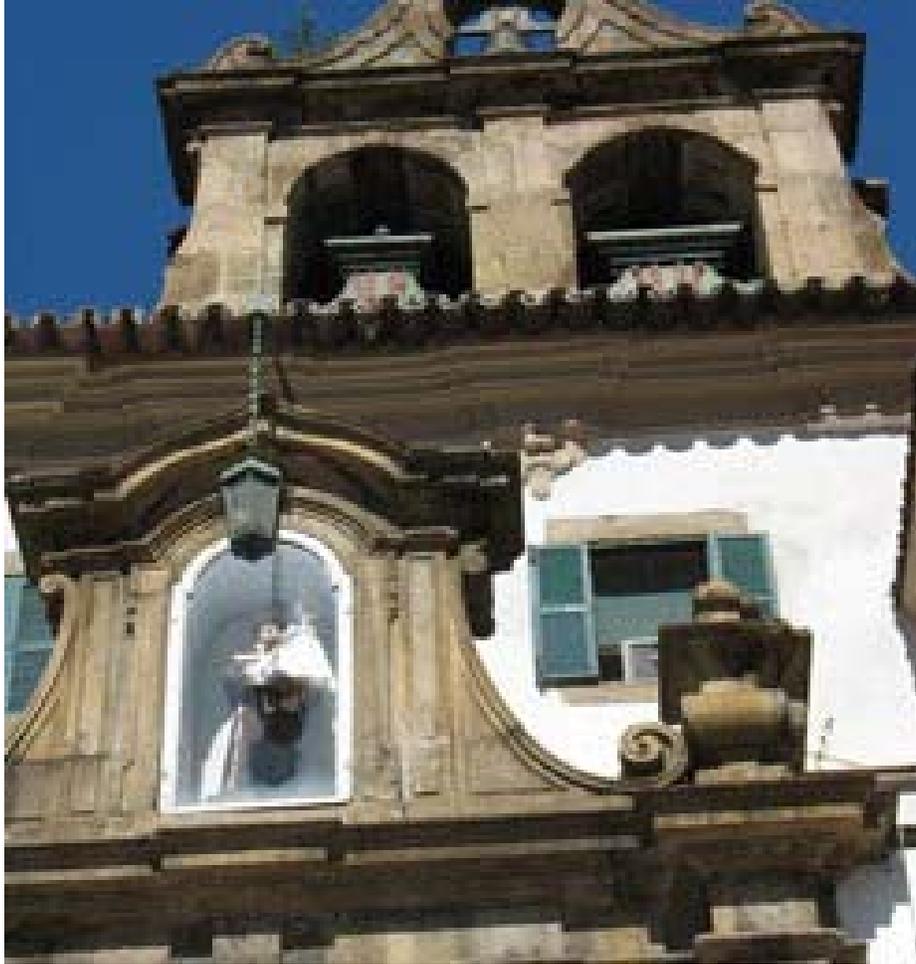


Figura 3 – Santo Antônio do Relento

Fonte: http://www.franciscanos.org.br/v3/vidacrista/especiais/conventorio_08/galeria/13.php

Embora não seja interesse maior desse estudo se deter na questão das invasões francesas à cidade, devo aqui acrescentar que a defesa local diante do ataque promovido por René Duguay-Trouin, em setembro de 1711, não teve o mesmo êxito do ano anterior, sendo a cidade saqueada e o convento invadido. No Livro do Tombo Geral da Província, o registro relativo à invasão de 1711 é menos rico em detalhes do que o de 1710. Seu texto revela tristeza diante do ocorrido:

Quem dicera que depois de tanta alegria como se vê, e pode considerar a relação passada, havíamos experimentar no seguinte anno tanta perda, tanta molestia, e tanta tristeza, e que tendo nós entãõ hum dia de tanta gloria, tivéssemos agora hum de tanta pena, de tanta trevoada e escuridaõ.¹²¹

¹²¹ “Relaçam da segunda entrada que fizeraõ os Francezes nesta Cidade do Rio de Janeiro aos 12 do mes de Setembro de 1711”, In: *Tombo Geral da Província I*, f. 144v.

Curiosamente, em 1711 o cronista não registrou uma palavra sequer sobre o saque ao convento e nem a respeito de Santo Antônio. Houve apelo pela proteção do santo militarizado como no ano anterior? Foi sua imagem colocada em local de destaque durante o ataque de Duguay-Trouin? São questões sem respostas na documentação do convento.

Não obstante a derrota de 1711, a participação de Santo Antônio na vitória de 1710 não ficou esquecida. Em Carta Régia de 21 de março de 1711, D. João V confirmava a promoção de Santo Antônio à patente de capitão que ocorrera na véspera da invasão de Duclerc.

Provedor da Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro Eu El Rey Vos Invio muito Saudar. Havendo Visto o q me escrevestes em Carta de trese de Novembro do anno paçado em Como nas Vesporas do asalto que deram os Francezes nessa Praça Achandosse o Povo della em Grande Comfuzão Vendo tam Visinho o Inimigo e tão imtrepido se Recorrera tambem aos Sanctos e Se mandara nesta ocasions Sentar Praça de Capitam tendoa ja de Soldado o Glorioso Sancto Antonio mostrando se q neste conflicto desempanhara bem a abrigação de Seu posto. Me pareceo dizervos fui servido de aprovar esta Praça que se deu a Sancto Antonio de Capitam de Infantaria Com declaração q *aimportancia destes Soldos se apliquem para a Sua festa e ornato da Sua Capella* Cujos Soldos ham de ser os mesmos que se pagam a dinheiro aos mais Capitans (...) ¹²²

Como determinado pelas cartas dirigidas à Bahia (1707) e à Paraíba (1709), também a Carta Régia que confirmou a promoção de Santo Antônio no Rio de Janeiro confirmava o interesse da Coroa em promover a devoção ao santo lisboeta por meio de sua festa e da manutenção de sua capela. O apoio, o incentivo a uma determinada devoção significava a difusão de um exemplo a ser seguido, um “modelo imitável”:

O santo é o indivíduo em quem a virtude se consubstancia e objetiva, o personagem que permite aos que o cercam mais ou menos de perto imitá-lo. (...) É a figura cuja forma nos faz perceber, viver e conhecer uma realidade que nos parece desejável sob todos os aspectos; e essa figura exemplifica, ao mesmo tempo, a possibilidade de tal passagem à ação; tomado na acepção dessa forma, ele é, em resumo, um modelo imitável. ¹²³

Antônio, como santo e como português, significava, portanto, um duplo modelo a ser imitado – modelo de fé e de coragem. ¹²⁴ Era cristão, que se fez

¹²² Apud SOARES, José Carlos de Macedo, *op. cit.*, p. 80. (Grifo meu)

¹²³ JOULLES, André, “Legenda”, In: *Formas simples*, p. 40.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 48.

menor em pobreza e obediência, e era súdito fiel, que não temia pegar em armas para defender a terra em que nascera.

Em terras cariocas, a carreira militar de Santo Antônio continuou nos próximos anos.¹²⁵ Em 1810, o príncipe regente D. João, devoto ao santo, o promoveu a sargento-mor e, em 1814, a tenente-coronel. Somente com a República, o santo “entrou para a reserva” e deixou de receber soldo.¹²⁶

¹²⁵ Santo Antônio ainda assentaria praça em outros locais da América portuguesa: soldado (1749) e capitão (1750), em Goiás; soldado (1752), no Espírito Santo; coronel (após 1765), em São Paulo; capitão (1799), em Minas Gerais.

¹²⁶ Mesmo com o fim dos soldos, a festa de Santo Antônio continuou acontecendo ano após ano. Ela permanece como o ponto alto do calendário do convento. Precedido por uma trezena preparatória, o 13 de junho ainda atrai milhares de fiéis (e curiosos) todos os anos. MENEZES, Renata de Castro, *A dinâmica do sagrado*, p. 48.